



Congresso instala hoje comissão para nova MP

Medida Provisória 562/12, que destina recursos do Fundeb a instituições de educação rural, é a primeira editada após decisão do Supremo sobre tramitação

O Congresso instala hoje a primeira comissão mista para análise de medida provisória após decisão do Supremo Tribunal Federal sobre tramitação de MPs. O colegiado discutirá a MP 562/12, publicada quarta-feira, que destina recursos do Fundo de Desenvolvi-

mento da Educação Básica (Fundeb) a instituições de educação rural. Aloysio Nunes Ferreira observou que o Congresso deve dizer se a MP é relevante e urgente. Romero Jucá cobrou a votação da PEC das MPs e Ana Amélia recomendou atenção aos prazos de tramitação. **3**



Ana Amélia e Romero Jucá se cumprimentam durante sessão de sexta-feira

Jucá e Delcídio debatem ICMS. Ferraço envia carta a Dilma **3**

Comissão analisa situação política na Líbia e no Egito **3**

Acesso de negro a estudo no exterior será discutido hoje **3**

Lei poderá enquadrar servidor que não explica enriquecimento

A comissão de juristas que apresentará propostas para o Código Penal estuda enquadrar como

criminoso o funcionário público que não consegue comprovar como aumentou seu patrimônio. **2**



Luiz Carlos Gonçalves e Gilson Dipp, membros da comissão de juristas



Presidente da CRA, Acir Gurgacz (C) defendeu atenção à assistência técnica para fomentar diversidade rural

Extensão rural pública, gratuita e forte

Em debate realizado sexta-feira na Comissão de Agricultura, especialistas defenderam a manutenção da assistência técnica e da extensão rural pública, gra-

tuita e forte como instrumento de apoio a pequenos produtores rurais familiares. Participaram do encontro representantes da Contag, Emater e governo federal. **4**

Sugestões em estudo

- ▶ Aumento da pena mínima dos crimes de **peculato** (apropriação ou desvio de bem público por parte do servidor) e **corrupção passiva** para quatro anos
- ▶ Meios para **bloquear os bens** do acusado de corrupção na ocasião do recebimento da denúncia
- ▶ Descriminalização do **desacato**
- ▶ Responsabilização da **pessoa jurídica**
- ▶ Impedimento da aplicação do instituto da **transação penal** nos crimes de corrupção (a transação penal é uma espécie de acordo entre o Ministério Público e o infrator para o não prosseguimento da ação penal)
- ▶ Condicionamento da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito à **reparação prévia** do dano
- ▶ Incremento do instituto da **delação premiada**
- ▶ Priorização dos processos sobre **crimes contra a administração**
- ▶ Unificação dos crimes de **concussão** e **corrupção passiva** num só artigo (pelo texto atual, na concussão, o funcionário público exige vantagem indevida, enquanto na corrupção passiva o agente apenas solicita ou aceita tal vantagem)
- ▶ Aumento dos prazos de prescrição ou mesmo a imprescritibilidade dos **crimes contra a administração**

Curta o Jornal do Senado no **Facebook** e fique por dentro do que acontece no Senado



facebook.com/jornaldosenado



Comissão que apresentará propostas para o Código Penal estuda criar um crime específico para o funcionário que não consegue justificar aumento de patrimônio

Servidores poderão ter de explicar enriquecimento

A CRIAÇÃO DE um crime específico para os funcionários públicos que não conseguem justificar a compatibilidade entre sua renda e o patrimônio acumulado foi defendida por unanimidade pelos participantes da audiência realizada na sexta-feira pela comissão de juristas designada pelo Senado para propor alterações no Código Penal.

— Corrupção é um crime difícil de ser flagrado, pois acontece sempre às escuras. Se atacarmos o enriquecimento ilícito dos agentes, não será necessário surpreender o ato em si, mas a consequência do ato, que é o acréscimo patrimonial indevido — explicou o relator da comissão, procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves.

A comissão também ouviu sugestões para transformar a corrupção em crime hediondo. Tal proposta, entretanto, causou divergências. O presidente da comissão, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mostrou-se contrário à iniciativa.

— Não é o tamanho da pena que inibe a corrupção. A certeza da impunidade é que incentiva a ação criminosa. Se o aumento de pena fosse imprescindível, não teríamos crimes hediondos com tanta frequência. É preciso haver leis claras, objetivas e de fácil percepção para a população. De toda forma, cabe à comissão de juristas definir.

Opinião semelhante manifestou a

representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Claudia Chagas:

— A corrupção compensa porque o criminoso pode usufruir do produto do seu crime. Por isso, é importante também criarmos formas de recuperar os recursos desviados pelos corruptos.

O representante da Defensoria Pública da União, José Alberto Simões, apresentou sugestão de transferir para o Tribunal do Júri a competência para julgar crimes contra a administração pública.

— Se o dinheiro que é roubado e desviado é do povo, por que não deixar o próprio povo julgar? Poderíamos então alargar a competência do júri. Não conheço ninguém que esteja cumprindo pena por corrupção. Trata-se de uma praga neste país, que acontece nas menores prefeituras e no mais alto escalão da administração.

O coordenador-geral de Defesa da Probidade da Advocacia-Geral da União (AGU), Tercio Issami Tokano, defendeu a inclusão no Código Penal de artigos específicos para combater as fraudes em concursos públicos.

A comissão de juristas foi instituída pelo presidente do Senado, José Sarney, em outubro do ano passado. Depois de concluídos os trabalhos, o colegiado vai apresentar um anteprojeto ao Senado. A previsão de Gilson Dipp é de finalizar o texto em maio.

José Sarney lamenta morte do humorista Chico Anysio

O presidente do Senado, José Sarney, emitiu nota de pesar sobre o falecimento do humorista Chico Anysio, sexta-feira. Para ele, Chico era “um artista múltiplo e um homem ímpar”.

“Ele proporcionou grandes momentos de alegria ao povo brasileiro, sendo uma figura exponencial e fundadora da nossa televisão, onde sua genialidade é marco histórico”, afirmou.

O presidente ressaltou que o humorista não se limitou a ser intérprete. “Foi um criador que nos deixa levando consigo personagens indelévels”, disse, lembrando ainda seu talento para a pintura. Amigo do artista, de seu pai e de seus irmãos, Sarney manifestou seu “profundo sentimento de pesar” e associou-se à família e ao povo brasileiro pela perda de Chico Anysio.

Correção

Valdir Raupp (PMDB-RO) foi equivocadamente identificado como líder do partido em matéria publicada à página

12 da edição de sexta-feira do **Jornal do Senado**. Raupp é presidente da legenda, e o líder é Renan Calheiros (AL).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Segunda-feira

Presidência Meio ambiente e 90 anos do PCdoB
12h José Sarney recebe ambientalistas, como o deputado Sarney Filho e a pesquisadora da National Geographic Sylvia Earle. Às 17h, preside sessão do Congresso para comemorar os 90 anos do PCdoB.

Plenário Sessão para debates

14h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a discursos de senadores.

CDH Bolsas no Programa Ciência sem Fronteiras

9h Comissão debate o Programa Ciência sem Fronteiras com os ministros Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia), Luiza Bairros (Igualdade Racial) e Aloizio Mercadante (Educação).

Aviação Civil Plano estratégico para sítios aeroviários

17h Subcomissão temporária ouve o superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Anac, Fábio Rabhani, sobre o plano estratégico para a malha e sítios aeroviários federais.

Congresso Comemoração dos 90 anos do PCdoB

17h Sessão solene conjunta do Congresso destinada a comemorar os 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no Plenário do Senado.

CRE Situação política do Egito e da Líbia

18h Dando continuidade ao ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promove audiência pública para discutir a situação do Egito e da Líbia.

Terça-feira

CAE Previdência complementar para servidores

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais.

Previdência Cotas raciais em concursos públicos

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social promove audiência sobre experiências para a adoção de cotas para negros nos concursos públicos.

CE Classificação etária de audiovisuais

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais.

CMA Semana de Educação Ambiental nas escolas

11h30 Projeto que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio é um dos itens da pauta da comissão.

CPI da Mulher Entidades opinam sobre casos de violência

14h A comissão parlamentar mista de inquérito ouve representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Articulação de Mulheres do Brasil, União Brasileira de Mulheres e Marcha Mundial das Mulheres.

Mercosul Vinho português sem imposto

14h A Representação Brasileira no Parlasul debate proposta que isenta vinhos portugueses de Imposto de Importação. A matéria tem parecer pela rejeição.

Quarta-feira

CAS Concessão de férias para familiares

9h Projeto sobre concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família consta da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CCT Universalização de telefonia móvel

9h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia examina projeto que permite o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no serviço móvel pessoal.

CE Educação na Finlândia em debate

10h Comissão debate o sistema educacional da Finlândia com Titta Maja, conselheira do governo finlandês.

CCJ Reforma administrativa volta à pauta

10h A proposta de reforma administrativa do Senado e a criação de cargos no Ministério Público Militar estão entre os itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quinta-feira

CAS/CI Licitações para transporte de passageiros

9h Debate conjunto sobre licitações de sistemas internacionais e intermunicipal de passageiros. Às 10h30, a CAS discute conservação de alimento. Às 14h30, a Subcomissão do FGTS discute distribuição de resultados.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões — **Plenário:** www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Proposta para unificar ICMS pode sair esta semana

Proposta técnica sobre a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) deve ser fechada esta semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A previsão é de Romero Jucá (PMDB-RR), autor do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

Segundo o relator da proposta na CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), o projeto é “pedaço de um grande universo de discussões” em andamento no Senado. A matéria é apontada como essencial para ajudar a indústria a “sair do

atoleiro” — no ano passado, o setor representou 14,6% do produto interno bruto (PIB). O número é semelhante ao do início do governo JK, em 1956, quando a indústria respondia por 13,75% do PIB.

No cálculo do ICMS, há uma partilha do imposto entre o estado de origem e o estado de destino das mercadorias e serviços. A sistemática é a mesma para mercadorias estrangeiras.

— Tal circunstância, associada ao uso recorrente de políticas de benefícios e incentivos fiscais pelos estados, na chamada guerra fiscal, faz com que o ICMS tenha se configurado em um instrumento capaz de estabelecer vantagens comparativas

ao produto importado, em detrimento do produzido no país — disse o senador.

Inicialmente, Jucá propôs zerar as alíquotas do ICMS nas importações. Segundo ele, estão avançados os entendimentos para a fixação de alíquota de 4%.

A proposta enfrenta oposição de estados que oferecem incentivos fiscais para empresas importadoras, como Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, Pará e Goiás.

Na sexta-feira, Jucá elogiou em Plenário a iniciativa da presidente Dilma de se reunir com o empresariado na quinta passada, no Palácio do Planalto. O senador disse que a presidente manifestou, mais uma vez, apoio ao PRS 72/10.



Jucá, Aloysio e Rollemberg (D) durante anúncio da comissão mista em Plenário

Congresso instala 1ª comissão sobre MP após decisão do Supremo

Colegiado discutirá a MP 562/12, que destina recursos do Fundeb para instituições comunitárias atuantes na área de educação rural

O SENADO E a Câmara dos Deputados se preparam para instalar, hoje, a primeira comissão mista para análise de medida provisória após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre tramitação de MPs. O colegiado discutirá a MP 562/12, publicada na quarta-feira passada, que destina recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para instituições comunitárias que atuam na educação rural.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), integrante da comissão, observou que o Congresso tem que dizer se, na sua opinião, a MP preenche os pressupostos de admissibilidade (relevância e urgência).

— Se não tiver reunião e

parecer dessa comissão mista, não segue a tramitação — comentou.

Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou da Câmara a votação da PEC das MPs, que modifica os prazos e as regras para tramitação.

— Agora, o rito vai ser cumprido e é fundamental que o Senado tenha prazo para fazer o debate em torno de cada medida — declarou.

Para Ana Amélia (PP-RS), o desafio de enfrentar a questão das MPs é mútuo entre as duas Casas do Congresso. A senadora alertou que a Câmara precisa estar atenta, especialmente aos prazos, já que as medidas costumam chegar ao Senado sem tempo para a apresentação de emendas.

Comissão mista da MP 562/12

CALENDÁRIO

▶ Instalação da comissão mista	24 horas após a sua composição
▶ Emendas	até 27 de março
▶ Prazo para análise da Câmara	até 17 de abril
▶ Recebimento previsto no Senado	17 de abril

Comissão discute situação política do Egito e da Líbia

A situação política do Egito e da Líbia será tema da quinta audiência pública sobre o mundo árabe promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O debate será realizado hoje e tratará das eleições de maio no Egito e da intervenção militar na Líbia e suas repercussões na estabilidade política do Oriente Médio e do norte da África.

Para o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), os debates oferecem instrumentos e informações para reflexão sobre as atuais mudanças de tendências e paradigmas nas relações exteriores.

Acesso de negros a intercâmbio científico será debatido hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza audiência pública hoje para discutir o Programa Ciência Sem Fronteiras, do governo federal. O objetivo da reunião é garantir a participação de estudantes negros nas bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior disponibilizadas pelo programa. Foram convidados os ministros da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Educação, entre outras autoridades. O requerimento para a audiência é de Paulo Paim (PT-RS).



Para senador, é preciso debater a competitividade nacional

Relatório de Delcídio sugere alíquota de 4%

Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou na quinta-feira que, para relatar o PRS 72/10 na CAE, levará em conta as questões discutidas em audiências públicas conjuntas realizadas na semana passada por essa comissão e pela de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apesar de já ter tido voto favorável do relator, o projeto ainda não foi votado na CAE porque foi aprovado requerimento para que a primeira análise fosse da CCJ. Com isso, Delcídio terá de refazer o relatório que prevê alíquota única de 4% para o ICMS sobre bens e mercadorias importados.

Para o senador, o PRS 72/10 é apenas parte de uma discussão mais ampla que o Senado precisa fazer sobre a competitividade dos produtos brasileiros. Ele disse que o Brasil precisa ter custos menores. Entre as questões que precisam ter prioridade, Delcídio citou o comércio eletrônico, a renegociação da dívida dos estados e a discussão de novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Gurgacz: contingenciamento não se justifica

Acir Gurgacz (PDT-RO) discordou da estimativa de redução de arrecadação em R\$ 29,5 bilhões, divulgada pelo Executivo no Decreto de Programação Financeira e Orçamentária de 2012.

Para o senador, a previsão de queda não justifica o contingenciamento do Orçamento. Segundo ele, os parlamentares vão acompanhar as receitas e investimentos realizados.

O relatório da Comissão Mista de Orçamento (CMO),

realizado com critérios técnicos, aponta receita extra de R\$ 26 bilhões, informou Gurgacz. Em sua avaliação, a arrecadação só vai diminuir se houver redução do produto interno bruto (PIB), fato que o próprio governo não prevê.

Apesar de decreto governamental estimar crescimento do PIB em torno de 3,5%, o governo já anuncia aumento de 4,5%.

— Somos da base do governo, mas estamos atentos ao que está acontecendo

com relação a nossa receita e principalmente com os investimentos e com as despesas de nosso país — disse.

O senador observou que as estimativas feitas pelo Congresso para a arrecadação têm se confirmado nos últimos anos e, em alguns casos, a arrecadação mostrou-se até superior à previsão. Em 2011, exemplificou Gurgacz, as receitas primárias totais realizadas superaram as previstas pelo Congresso em R\$ 653 milhões.



Ferraço encaminhou carta a Dilma com críticas a projeto

Ferraço aponta equívocos em mudança do ICMS

O relator na CCJ do projeto que uniformiza a cobrança do ICMS sobre importados, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), encaminhou carta à presidente Dilma Rousseff criticando a proposta de Romero Jucá (PMDB-RR). Ferraço argumenta que a mudança no imposto impactará negativamente na economia de vários estados.

Para o senador, um dos equívocos do PRS 72/10 é responsabilizar os incentivos fiscais pelo crescimento das importações, “quando esse aumento é quase integralmente explicado pela atual taxa de câmbio e pela elevação da renda doméstica”. Outro problema apontado é o fato de o projeto não considerar que os bens intermediários e de capital têm representado a maior parcela da pauta das importações brasileiras (82,3% em 2011). Segundo ele, o projeto “pouco ou nada estimulará a indústria nacional e pode até gerar perda de competitividade no nível agregado da economia”. Ferraço ainda aponta uma “série de inconsistências” no PRS 72/10.

Audiência no Senado debateu, na sexta-feira, a agricultura familiar. Representante da Contag disse que seriam necessários R\$ 2 bi por ano para fazer “assistência digna”

Especialistas defendem extensão rural pública, gratuita e forte

A MANUTENÇÃO DA assistência técnica e da extensão rural “pública, gratuita e forte”, como instrumento de apoio tecnológico a milhares de pequenos produtores familiares, foi defendida na sexta-feira em audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, afirmou que, ao longo dos últimos 16 anos, os produtores não tiveram efetiva assistência técnica. Para ele, os recursos oficiais não atendem todos os agricultores.

— A recuperação de política pública de extensão rural não surte resultados imediatos. Temos que ter compreensão muito clara que esse é um processo gradativo. Os recursos têm aumentado. Precisariamos de R\$ 2 bilhões por ano para fazer assistência digna — afirmou.

Rovaris também chamou a atenção para a renegociação da dívida dos produtores familiares.

Já o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Brady, disse que a assistência téc-



No debate dirigido por Acir Gurgacz (C), presidente da CRA, foi lembrada a questão das dívidas dos produtores

nica na agricultura familiar precisa ser feita para elevar a produção de alimentos, com a geração de valor agregado, sobretudo em razão do recente crescimento da classe média no Brasil.

Durante a audiência, o extensionista rural e engenheiro Júnior, que atua no escritório da Emater em Formosa (GO) e acompanhou o debate da plateia, afirmou que “as políticas públicas são muito boas, mas não têm chegado na base”. Segundo ele, a extensão rural vai bem apenas em alguns estados do país.

A título de comparação, Júnior disse que a área do município de Formosa, que conta com três técnicos e dois carros da Emater, é maior que a do Distrito Federal, onde a empresa de extensão rural possui, segundo ele, 110 técnicos e 80 veículos no campo.

Concentração

Para o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Helinton José Rocha, o repasse de informação tecnológica precisa atender uma demanda que não havia em épocas

passadas, sem falar nas exigências ambientais da modernidade.

— Temos produção sustentável em algumas áreas, a convencional já está com esse estoque tecnológico. O Brasil virou um *player*, mas com uma série de desequilíbrios.

Ele citou, por exemplo, a concentração da maior parte da produção em menos de 10% dos estabelecimentos rurais.

Entre outras sugestões surgidas no debate, estão linhas de crédito mais compatíveis e aperfeiçoamento da política de preço e armazenagem.

Gurgacz: ação para pequenos agricultores

É preciso consolidar a assistência técnica para fomentar a diversidade da agricultura familiar no Brasil e reduzir a pobreza no campo. A avaliação foi feita por Acir Gurgacz (PDT-RO) em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

— A assistência é tudo de que o produtor precisa. Se temos hoje uma produção grande de alimentos, a partir do momento em que levarmos a assistência de maneira planejada, teremos não só o aumento na quantidade de alimentos, mas um avanço grande na qualidade, beneficiando o consumidor com produtos de preços mais acessíveis — disse o parlamentar, que preside a CRA.

Ele lembrou que a extensão rural é assegurada pela Constituição aos produtores rurais e que o governo instituiu recentemente um programa de assistência para esse setor, que representa mais de 80% dos estabelecimentos agrícolas do país.

Segundo o Ipea, 78% dos produtores rurais não tinham tido, em 2006, acesso a nenhum tipo de assistência.

Aloysio: vazamento de óleo revela país despreparado

“É incontestável o mais absoluto despreparo do Brasil para fazer frente a acidentes dessa natureza”, afirmou na sexta-feira Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), referindo-se ao vazamento de petróleo, na semana passada, na Bacia de Campos (RJ).

Em discurso, o senador fez relato sobre audiência acerca do tema, realizada no dia anterior pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Aloysio lembrou que ainda persistem controvérsias quanto à extensão do vazamento, ao risco de dano permanente no campo e à responsabilidade da Chevron, empresa que explora o poço com problemas. No entanto, para o senador, o governo está despreparado para lidar com a situação.

— O representante da ANP [Agência Nacional do Petróleo] disse que seriam necessários mais 180 fiscais — contou, informando que hoje são apenas dez.

Capiberibe presta homenagem a Aziz Ab'Saber

Arthur Moreira/Agência Senado



João Capiberibe (PSB-AP) homenageou na sexta-feira o geógrafo Aziz Ab'Saber, que morreu no último dia 16, aos 87 anos. O senador recordou que Ab'Saber foi um dos maiores especialistas em geografia física do país e uma voz ativa em favor da preservação ambiental.

— Aziz era da mesma linhagem de nomes como Bertha Lutz, Josué de Castro, Paulo Freire, Milton Santos e Zilda Arns — afirmou.

O geógrafo era presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Nasceu em São Luiz do Paraitinga (SP), em 1924.

Embora estivesse aposentado, continuava publicando livros e atuando como militante socioambiental.

Ana Amélia alerta para falta de saneamento básico

Arthur Moreira/Agência Senado



Ana Amélia (PP-RS) apontou, na sexta-feira, a falta de saneamento básico como uma das principais marcas do baixo nível de desenvolvimento socioeconômico do país. Ela lembrou que a insuficiente distribuição de água tratada, esgotos a céu aberto e ausência de tratamento do lixo geram doenças que atingem principalmente crianças.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada real gasto em projetos de saneamento básico resulta em economia de quatro reais na saúde, observou a senadora. Ela informou que 75% dos atendimentos de crianças com até cinco anos em ambulatórios devem-se à precariedade de saneamento.

— São pequenos brasileiros, crianças que sofrem de diarreia, dengue e leptospirose pela ausência desse serviço.

Vanessa relata medidas para evitar apagões em Manaus

Márcia Kubme/Agência Senado



As medidas contra apagões de energia em Manaus anunciadas pelo governo federal foram elogiadas por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora se disse otimista após reunião com Eduardo Braga (PMDB-AM) e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

— Manaus tem quase 2 milhões de habitantes e mais de 600 indústrias. Os investimentos têm sido crescentes, o problema de geração de energia já está resolvido. Agora temos um gravíssimo problema de distribuição que não se resolve de um dia para outro. Todo o sistema deve ser mudado com urgência, por determinação da presidente Dilma Rousseff. O ministro anunciou investimentos de R\$ 1,2 bilhão — afirmou.

Vanessa disse que Lobão se comprometeu a promover mudanças no relacionamento da Eletrobras Amazonas Energia com a população de Manaus.

Rolleberg lembra reconhecimento do Brasil no exterior

Ao comentar na sexta-feira sua participação no Fórum Mundial da Água, realizado na França, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), disse ter ficado impressionado com o reconhecimento internacional do Brasil como país que venceu o desafio de aliar crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

Para ele, a iniciativa da presidente Dilma de se reunir com 27 representantes dos maiores grupos econômicos brasileiros, na semana passada, em busca de alternativas para a retomada do desenvolvimento reforçaria esse reconhecimento.

O senador comemorou dados recentes sobre redução do desemprego (5,7% em fevereiro) e crescimento da renda, mas defendeu mais investimentos em tecnologia e na economia verde.